



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA

REGULAMENTO ORGÂNICO DA DIRECÇÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA E OPERAÇÕES DA POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
(Objecto)

O presente regulamento estabelece a estrutura e as normas de organização e funcionamento da Direcção de Segurança Pública e Operações.

Artigo 2.º
(Definição e Natureza)

1. A Direcção de Segurança Pública e Operações, abreviadamente designada por DISPO, é o órgão central da Polícia Nacional de Angola ao qual incumbe planear, coordenar e controlar a actividade operacional da corporação, desenvolver estratégias e modelos de policiamento, centralizar, classificar, sistematizar e difundir a informação operacional, definir mecanismos de controlo e de fiscalização às empresas privadas de segurança e sistemas de auto-protecção, proteger a fauna, flora, bem como zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à conservação e protecção da natureza e do meio ambiente.
2. Compete igualmente estabelecer a comunicação entre o Comando Geral e as unidades centrais e territoriais, tratar das matérias relacionadas com o uso e porte de todo o tipo de arma de defesa, caça e recreio ou outras que não sejam de uso militar, garantir a localização permanente e a rápida e completa mobilização das forças e meios da



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA
GABINETE DO COMANDANTE

DESPACHO N.º 0019 /GAB.CGPNA/2020

Considerando que nos termos do artigo 20.º do Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 152/19 de 15 de Maio, foi instituída a Direcção de Segurança Pública e Operações na Polícia Nacional de Angola;

Havendo a necessidade de se dotar a referida Direcção de um regulamento orgânico;

Usando da faculdade que me é conferida pela alínea g) do artigo 9.º do Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola;

DETERMINO:

1. É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção de Segurança Pública e Operações da Polícia Nacional de Angola, anexo ao presente Despacho.
2. São revogadas todas as disposições que contrariam o disposto no presente Despacho.
3. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Comandante-Geral da Polícia Nacional de Angola.
4. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

CUMPRASE.

GABINETE DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA, em Luanda, 30 de ABRIL de 2020. -

O COMANDANTE GERAL,

PAULO GASPARD DE ALMEIDA
****COMISSÁRIO GERAL****

PNA, bem como garantir a segurança das instalações do Comando Geral da PNA.

3. A DISPO tem natureza de serviço de apoio técnico da PNA, especializado em matéria de segurança pública e operações, e tem sob sua responsabilidade a concepção e planeamento das missões operacionais fundamentais da Polícia Nacional de Angola, bem como a coordenação da sua execução.
4. A DISPO rege-se pelo Estatuto Orgânico da PNA e pelo presente regulamento e depende directamente do Comandante-Geral da PNA.

Artigo 3.º

(Âmbito)

A função executiva de operações nos níveis operacional e tático é exercida pelos comandos provinciais, comandos municipais, esquadras e postos policiais, podendo o órgão central, excepcionalmente, assumir a direcção e coordenação de determinadas actividades e operações, sempre que as circunstâncias inerentes à complexidade, gravidade, sensibilidade, dispersão territorial e/ou prioridade do caso o justifiquem.

Artigo 4.º

(Atribuições)

Para o cumprimento integral das suas missões, a DISPO tem as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o funcionamento da actividade da PNA em matéria de segurança pública e operações;
- b) Elaborar, difundir e assegurar o cumprimento das normas técnicas e metodológicas no âmbito da actividade de segurança pública e operações;
- c) Elaborar planos de afectações, acompanhar, controlar e balancear o grau de cumprimento das orientações baixadas pelo Comandante-Geral aos Órgãos da Corporação;
- d) Elaborar os relatórios de balanço dos planos das principais actividades da PNA, da Directiva do Ministro do Interior, bem como das orientações baixadas nos vários fóruns;
- e) Apoiar tecnicamente o sistema de serviços da especialidade de segurança pública e operações, propondo e difundindo as

instruções de funcionamento, especialmente as relativas a operações de grande complexidade;

- f) Garantir a orientação e fiscalização técnica e metodológica da actividade de segurança pública e operações a todos os níveis;
- g) Garantir o regime especial de segurança institucional e a protecção do edifício sede do Comando Geral da PNA;
- h) Conceber e propor estratégias de segurança pública e divulgar a doutrina de emprego dos meios da PNA em matéria de ordem pública, nomeadamente, policiamento, segurança de pessoas, prevenção criminal, violência doméstica e protecção às vítimas;
- i) Coordenar o planeamento e a execução da instrução operativa das forças da PNA;
- j) Elaborar estudos sobre os fenómenos e dinâmicas criminais com potencial que afectem negativamente a ordem e segurança públicas e/ou que se insiram na esfera de actividades específicas da PNA;
- k) Garantir o cumprimento das disposições legais e regulamentares relativas à conservação da natureza, do ambiente, dos recursos hídricos, turismo, bem como da caça, pesca, florestas e outros recursos da natureza;
- l) Licenciar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam nem se destinem às Forças Armadas Angolanas;
- m) Conceber as normas e procedimentos de fiscalização e controlo da actividade de segurança privada, garantindo a sua difusão e cumprimento permanentes;
- n) Garantir a participação da PNA em operações de apoio a paz, humanitárias, busca e salvamento;
- o) Cumprir com as demais orientações que lhe forem determinadas superiormente no âmbito das suas atribuições.



CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Artigo 5.º (Estrutura Orgânica)

A estrutura orgânica da DISPO compreende:

1. Órgãos de Direcção

- a) Director Nacional;
- b) Director Nacional Adjunto.

2. Órgãos de Apoio Consultivo

- a) Conselho Técnico;
- b) Conselho Operativo.

3. Serviços de Apoio Instrumental

- a) Secretariado.

4. Serviços de Apoio Técnico

- a) Departamento de Administração e Serviços;
- b) Departamento de Policiamento e Ordem Pública;
- c) Departamento de Operações;
- d) Departamento de Estudos e Análises da Segurança Pública;
- e) Departamento de Protecção da Natureza, Ambiente e Turismo;
- f) Departamento de Segurança Privada;
- g) Departamento de Armas e Explosivos;
- h) Departamento de Operações de Apoio à Paz.



CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO EM ESPECIAL

Secção I

Órgãos de Direcção

Artigo 6.º

(Director Nacional)

1. O Director Nacional é a mais alta entidade na hierarquia da DISPO, ao qual compete:
 - a) Dirigir, coordenar, organizar, planificar e controlar toda a actividade da DISPO;
 - b) Representar a Direcção em todas as reuniões, despachos, conselhos e outros fóruns;
 - c) Presidir as reuniões dos órgãos consultivos;
 - d) Exercer o poder disciplinar dentro das suas competências;
 - e) Assegurar a unidade organizacional e funcional;
 - f) Aprovar a estratégia de actuação e desenvolvimento funcional do órgão;
 - g) Propor a nomeação, promoção, graduação, exoneração, transferência e condecorações do seu efectivo;
 - h) Coordenar o trabalho operacional da PNA;
 - i) Coordenar com os comandantes dos órgãos centrais e comandos provinciais a correcta operacionalização da estratégia e dos procedimentos de segurança pública e operações;
 - j) Assegurar a actividade de cooperação e coordenação operacional com os demais órgãos da PNA e do MININT;
 - k) Estabelecer procedimentos para que os serviços executivos, sob a forma de sistema de funções de segurança pública e operações, façam o emprego racional dos recursos humanos, técnicos e tecnológicos, no âmbito da especialidade;
 - l) Garantir a formação de especialidade do pessoal;



- m) Cumprir e fazer cumprir os princípios de compartimentação do trabalho de segurança pública e operações, instruindo o pessoal a fim de manter discrição e segredo profissional;
 - n) Cumprir e fazer cumprir a correcta aplicação das leis, directivas, normas e regulamentos estabelecidos;
 - o) Executar as demais tarefas que lhe forem incumbidas superiormente.
2. Nos termos do Estatuto Orgânico da PNA, o Director da DISPO é um oficial Comissário, com a categoria de Director Nacional, nomeado pelo Presidente da República e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, sob proposta do Comandante-Geral da PNA.

Artigo 7.º
(Forma dos Actos do Director)

Os actos do Director da DISPO revestem a forma de Despachos, Circulares, Ordens, Comunicações de Serviços, Directivas e Instrutivos.

Artigo 8.º
(Director Nacional Adjunto)

1. Ao Director Nacional Adjunto compete:
- a) Coadjuvar o Director Nacional no exercício das suas funções;
 - b) Substituir o Director Nacional nas suas ausências ou impedimentos;
 - c) Exercer as competências que lhe forem delegadas pelo Director Nacional.
2. Nos termos do Estatuto Orgânico da PNA, o Director Nacional Adjunto é oficial Comissário nomeado pelo Presidente da República e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, sob proposta do Comandante Geral da Polícia Nacional.



Secção II

Órgãos de Apoio Consultivo

Artigo 9.º

(Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão de consulta e de apoio ao Director Nacional, ao qual incumbe analisar questões fundamentais de âmbito organizacional, funcional e operacional, aprovação de planos, programas, normas técnicas e metodológicas, bem como pronunciar-se sobre qualquer outro assunto relevante em matéria de segurança pública e operações que lhe seja submetido.
2. O Conselho Técnico integra:
 - a) O Director, que o preside;
 - b) O Director Adjunto;
 - c) Os Chefes de Departamento.
3. O Director tem a faculdade de convidar outros responsáveis e técnicos da PNA.
4. O Conselho Técnico pode reunir de forma restrita ou alargada, neste último caso, com a participação dos chefes dos órgãos de especialidade dos serviços centrais e provinciais.
5. O Conselho Técnico é objecto de regulamentação própria, a aprovar pelo Director de Segurança Pública e Operações.

Artigo 10.º

(Conselho Operativo)

1. O Conselho Operativo é o órgão de apoio ao Director Nacional, ao qual incumbe analisar a situação operacional da PNA, bem como pronunciar-se sobre qualquer outro assunto relevante em matéria de segurança pública e operações que lhe seja submetido.
2. O Conselho Operativo integra:
 - a) O Director, que o preside;
 - b) O Director Adjunto;
 - c) Os Chefes de Departamento.



3. O Conselho Operativo rege-se por regulamento próprio, a aprovar pelo Director de Segurança Pública e Operações.

Secção III

Serviços de Apoio Instrumental

Artigo 11.º **(Secretariado)**

1. O Secretariado é o serviço ao qual incumbe prestar assessoria, apoio administrativo, secretariar reuniões, organizar e controlar as actividades e orientações da Direcção, bem como executar outras atribuições que superiormente lhe forem confiadas.
2. O Secretariado é chefiado por um oficial nomeado pelo Comandante Geral da PNA.

Secção IV

Serviços de Apoio Técnico

Artigo 12.º **(Departamento de Administração e Serviços)**

1. O Departamento de Administração e Serviços é o serviço de apoio técnico ao qual incumbe:
 - a) Recepcionar, registar, classificar e expedir toda a correspondência da Direcção, bem como difundir os documentos classificados elaborados em matéria de segurança pública e operações;
 - b) Garantir a conservação de toda a documentação e gerir os arquivos da correspondência, dos processos individuais do pessoal da Direcção;
 - c) Garantir as relações e contactos da direcção com os demais órgãos e serviços da PNA e com outras entidades públicas e privadas;
 - d) Proceder à gestão do pessoal da Direcção de acordo com os planos superiormente aprovados;
 - e) Zelar pela pontualidade, assiduidade e controlo do efectivo da Direcção;

Artigo 13.º

(Departamento de Policiamento e Ordem Pública)

1. O Departamento de Policiamento e Ordem Pública é o serviço ao qual incumbe:
 - a) Conceber, propor e difundir as instruções relativas à execução das tarefas policiais e aos métodos de trabalho e funcionamento dos serviços operacionais da PNA;
 - b) Elaborar as normas de execução permanente com vista ao cumprimento das tarefas de policiamento e segurança nas áreas aeroportuárias, portuárias e ferroviárias;
 - c) Conceber doutrina e métodos de trabalho com vista a cobertura de grandes eventos e visitas de Estado;
 - d) Analisar as necessidades e propor reforços sazonais do dispositivo policial;
 - e) Elaborar directivas, instrutivos e normas de execução permanente sobre a organização e funcionamento do dispositivo policial em matéria de prevenção da criminalidade, programas especiais de prevenção e de policiamento;
 - f) Conceber e difundir medidas de apoio a programas de segurança pública nos diversos domínios, no âmbito da prevenção e combate à criminalidade;
 - g) Supervisionar a implementação de programas e projectos de policiamento, de acordo com as directivas superiormente aprovadas, bem como elaborar estudos e relatórios sobre a execução dos mesmos;
 - h) Emitir pareceres sobre assuntos de policiamento e ordem pública que lhe sejam solicitados.
2. O Departamento de Policiamento e Ordem Pública compreende:
 - a) Secção de Grandes Eventos;
 - b) Secção de Policiamento.
3. O Departamento de Policiamento e Ordem Pública é chefiado por um oficial superior nomeado pelo Comandante-Geral da PNA.

Artigo 14.º
(Departamento de Operações)

1. O Departamento de Operações é o serviço ao qual incumbe:
 - a) Coordenar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento das operações em curso e preparar as decisões do Comandante-Geral da PNA a distintos níveis;
 - b) Manter a ligação com os órgãos de subordinação central e os comandos provinciais;
 - c) Accionar os recursos necessários dos comandos territoriais sempre que necessário por motivos de operações ou de incidentes táctico-políciais;
 - d) Actualizar as bases de dados sobre a toponímia das circunscrições administrativas, a designação e localização das unidades, das zonas críticas, bem como registar as ocorrências e elaborar as estatísticas;
 - e) Informar previamente todas as acções policiais e intervenções a executar;
 - f) Assegurar o registo e o relatório diário de todas as ocorrências;
 - g) Elaborar directivas operacionais do Comandante-Geral da PNA sobre operações policiais;
 - h) Emitir ordens de intervenção de emergência, segundo os planos de contingência previamente aprovados;
 - i) Uniformizar a doutrina e a exploração técnica de acordo com as directrizes estratégicas;
 - j) Colaborar na definição da doutrina de formação sobre planeamento e comando de unidades;
 - k) Conceber o regime especial de segurança institucional e garantir o asseguramento do edificio sede do Comando Geral da PNA;
 - l) Executar outras atribuições que superiormente lhe forem cometidas.
2. O Departamento de Operações compreende:
 - a) Centro de Comando Operacional;
 - b) Secção de Planeamento Operacional;



c) Secção de Segurança Interna.

3. O Departamento de Operações é chefiado por um oficial superior nomeado pelo Comandante-Geral da PNA.

Artigo 15.º

(Departamento de Estudos e Análises da Segurança Pública)

1. O Departamento de Estudos e Análises da Segurança Pública é o serviço ao qual incumbe:

a) Estudar os contextos e condições situacionais que possam afectar negativa ou positivamente os níveis gerais de insegurança urbana;

b) Estudar o comportamento dos grupos de delinquentes associados à prática reiterada de actos de violência urbana que possam representar um risco elevado para a ordem e segurança públicas;

c) Identificar, estudar e acompanhar os bairros e zonas de maior incidência criminal;

d) Identificar e estudar contextos e dinâmicas, relacionadas com ameaças e riscos no âmbito da segurança aeroportuária, portuária e ferroviária que possam ser exploradas para a prática de ilícitos criminais, actos de terrorismo e de perturbação da aviação civil, navegação marítima e circulação ferroviária;

e) Identificar e estudar contextos e dinâmicas que possam conduzir à instrumentalização criminosa das empresas privadas de segurança;

f) Identificar e estudar contextos e dinâmicas, no âmbito das armas e explosivos, que possam favorecer o seu fabrico, comércio ou uso ilícito;

g) Proceder à análise estatística, processamento e partilha de informação;

h) Propor a elaboração de estudos sobre a organização e emprego das forças e meios da PNA.

2. O Departamento de Estudos e Análises da Segurança Pública compreende:

a) Secção de Estudos e Estatística;

b) Secção de Informações.

3. O Departamento de Estudos e Análises da Segurança Pública é chefiado por um Oficial Superior nomeado pelo Comandante-Geral da PNA.

Artigo 16.º

(Departamento de Protecção da Natureza, Ambiente e Turismo)

1. O Departamento de Protecção da Natureza e do Ambiente é o serviço ao qual incumbe:
 - a) Cooperar com as autoridades e órgãos responsáveis pela definição de políticas e estratégias de protecção da natureza, do ambiente e do turismo, bem como pela investigação das infracções à legislação que visa proteger o património ambiental;
 - b) Conceber e difundir as instruções gerais para garantir o cumprimento das regras relacionadas à protecção da flora e fauna e prevenção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente;
 - c) Elaborar normas sobre a protecção do solo, da água, da atmosfera, bem como pela saúde animal e pela conservação de espécies da flora e fauna;
 - d) Adoptar medidas tendentes à prevenção e combate de derrames, poluição do meio ambiente, comércio ilegal de espécies protegidas, caça e pesca ilegais, defesa de áreas naturais, prevenção e combate a incêndios florestais;
 - e) Apoiar tecnicamente as brigadas e equipas responsáveis pela prevenção, detecção de infracções ambientais nas áreas urbanas, rurais e nos parques nacionais;
 - f) Colaborar na investigação de infracções ambientais, fornecendo os dados necessários para o efeito às autoridades competentes;
 - g) Planificar e promover acções de acompanhamento e formação às brigadas e equipas de protecção da natureza e do ambiente;
 - h) Emitir pareceres técnicos sobre assuntos de protecção da natureza e do ambiente que lhe sejam solicitados.
2. O Departamento de Protecção da Natureza e do Ambiente compreende:



13

- a) Secção de Prevenção e Fiscalização,
 - b) Secção de Protecção.
3. O Departamento de Protecção da Natureza e do Ambiente é chefiado por um oficial superior nomeado pelo Comandante-Geral da PNA.

Artigo 17.º
(Departamento de Segurança Privada)

1. O Departamento de Segurança Privada é o serviço ao qual incumbe:
- a) Controlar as admissões, rescisões contratuais e a organização dos processos individuais do pessoal das Empresas Privadas de Segurança e Sistemas de Auto-protecção, bem como a cessação da actividade, para cancelamento da licença concedida;
 - b) Orientar as medidas de inspecção sobre a actuação do pessoal das Empresas Privadas de Segurança e Sistemas de Auto-protecção;
 - c) Gerir a base de dados de controlo do inventário de armamento e munições em uso nas Empresas Privadas de Segurança e Sistemas de Auto-protecção;
 - d) Instruir os processos de autorização para o exercício da actividade privada de segurança, bem como a emissão e ou cancelamento de licenças e respectivos averbamentos;
 - e) Instruir os processos resultantes de infracções relativas à actividade privada de segurança, bem como propor a aplicação das respectivas multas ou medidas acessórias previstas na legislação aplicável;
 - f) Proceder à emissão, renovação e controlo da carteira profissional destinado ao pessoal das empresas privadas de segurança e dos sistemas de auto-protecção;
 - g) Instruir os processos relativos aos modelos de uniformes sujeitos à aprovação;
 - h) Manter actualizado o sistema integrado de informação das empresas que exercem a actividade privada de segurança, bem como dos respectivos administradores, gerentes, responsáveis pelos sistemas de auto-protecção, directores de segurança e demais pessoal;
 - i) Analisar os relatórios periódicos de actividades remetidos pelas empresas privadas de segurança;

- j) Realizar o controlo e a fiscalização do funcionamento dos centros de formação do pessoal das empresas de segurança privada.
2. O Departamento de Segurança Privada compreende:
- a) Secção de Controlo de Formação;
 - b) Secção de Licenciamento e Controlo;
 - c) Secção de Fiscalização e Instrução Processual.
3. O Departamento de Segurança Privada é chefiado por um oficial superior nomeado pelo Comandante-Geral da PNA.

Artigo 18.º
(Departamento de Armas e Explosivos)

1. O Departamento de Armas e Explosivos é o serviço ao qual incumbe:
- a) Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos a aquisição, circulação e transporte das armas, munições e explosivos, bem como promover e garantir a segurança no acto de transporte;
 - b) Colaborar na prevenção e detecção de situações sobre tráfico e uso de armas, munições e explosivos, proibidas ou sem a devida autorização legal;
 - c) Colaborar no esclarecimento de crimes cometidos com armas ligeiras e de pequeno porte licenciadas e credenciadas;
 - d) Garantir a perícia, controlo e acompanhamento metodológico à construção de paióis destinados ao armazenamento de produtos e substâncias explosivas;
 - e) Definir medidas de controlo e fiscalização dos estabelecimentos de comercialização de armas, munições e explosivos, bem como os depósitos de substâncias explosivas;
 - f) Orientar metodologicamente as actividades das secções provinciais de armas e explosivos;
 - g) Realizar seminários de capacitação e formação profissional sobre matérias de gestão de armas, munições e explosivos;



- h) Propor a realização de visitas aos distintos órgãos de defesa e segurança nacional e regionais, para troca de experiências sobre matéria de gestão de armas, munições e explosivos;
 - i) Executar outras atribuições que superiormente lhe forem cometidas.
2. O Departamento de Armas e Explosivos compreende:
- a) Secção de Cadastro, Registo e Licenciamento;
 - b) Secção de Fiscalização e Instrução;
 - c) Depósito de Armas e Explosivos.
3. O Departamento de Armas e Explosivos é chefiado por um oficial superior nomeado pelo Comandante-Geral da PNA.

Artigo 19.º

(Departamento de Operações de Apoio à Paz)

1. O Departamento de Operações de Apoio à Paz é o serviço ao qual incumbe:
- a) Conceber estratégias, planos e directivas sobre a operacionalização, condução, monitorização, manutenção e gestão de missões de paz que envolvam a PNA;
 - b) Manter a ligação técnica com os órgãos congéneres das comunidades regionais, continentais e mundiais, sobre assuntos de operações de apoio à paz e das forças de alerta;
 - c) Mobilizar internamente as forças policiais de apoio às missões de paz sempre que necessário;
 - d) Organizar e planificar a rotatividade das forças em estado de alerta para apoio às missões de paz, de acordo com a doutrina e as normas da Organização das Nações Unidas;
 - e) Dinamizar a preparação e organização das Unidades de Polícia Formada e Unidade de Oficiais de Polícia Individual;
 - f) Coordenar com as Organizações Económicas Regionais, a operacionalização da componente policial;
 - g) Fornecer apoio técnico às reuniões do Comité de Defesa e Segurança da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e da Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia Regional de

África, e Comité técnico de Defesa e Segurança da União Africana, sobre as operações de paz;

- h) Participar nas conferências nacionais e internacionais ligadas a missões de apoio à paz;
- i) Planear e coordenar todas as transições de Missões de Paz da Organização das Nações Unidas e da União Africana, ou das Comunidades Económicas Regionais, de acordo com as instruções e decisões relevantes destas Organizações Internacionais;
- j) Fornecer supervisão estratégica, acompanhamento, apoio, orientação e avaliação sobre as missões de Paz aprovadas pelas Comunidades Económicas Regionais, União Africana, e Organizações das Nações Unidas, para a Polícia Nacional de Angola;
- k) Exercer a função de ponto focal e cooperar com os elementos de planificação da Comunidade Económica dos Estados da África Central e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, Divisão de Operações de Apoio a Paz, da Comissão da União Africana e com o Departamento de Operações de Manutenção de Paz da Organização das Nações Unidas para os assuntos relacionados com as Missões de Paz;
- l) Cooperar com as componentes civil e militar nacionais no âmbito das operações de apoio à Paz;
- m) Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas superiormente.

2. O Departamento de Operações de Apoio à Paz é chefiado por um oficial superior nomeado pelo Comandante-Geral da PNA.

CAPÍTULO IV

REGIME DISCIPLINAR

Artigo 20.º

(Matéria Disciplinar)

Em matéria disciplinar o pessoal da Direcção de Segurança Pública e Operações, está sujeito ao Regulamento sobre o Regime Disciplinar do Pessoal da PNA em vigor

Artigo 21.º
(Segredo Profissional)

Os trabalhos desenvolvidos pelo pessoal da DISPO no âmbito da actividade de segurança pública e operações estão sujeitos ao princípio do segredo profissional, nos termos da lei.

Artigo 22.º
(Uso do Uniforme)

1. Os efectivos da Direcção de Segurança Pública e Operações com funções policiais exercem as suas missões devidamente uniformizados, com o uniforme da época em uso pela PNA;
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, determinadas missões podem ser exercidas em traje civil, desde que a sua natureza o exija nas condições fixadas por disposições especiais ou mediante autorização.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23.º
(Organigrama e Quadro de Pessoal)

O organigrama e quadro de pessoal da Direcção de Segurança Pública e Operações são anexos ao presente Regulamento e dele são parte integrante.

Artigo 24.º
(Provimento)

1. O provimento do pessoal nas vagas existentes obedece aos princípios legais sobre a matéria em vigor na PNA.
2. O provimento com o pessoal técnico para a Direcção de Segurança Pública e Operações, obedece à determinação prévia do respectivo perfil.

acc

Artigo 25.º
(Alterações)

As alterações ao presente Regulamento Orgânico são da competência do Comandante-Geral da PNA, sob proposta do Director de Segurança Pública e Operações.

GABINETE DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA, em Luanda, 30 de ABRIL de 2020.-

O COMANDANTE GERAL,

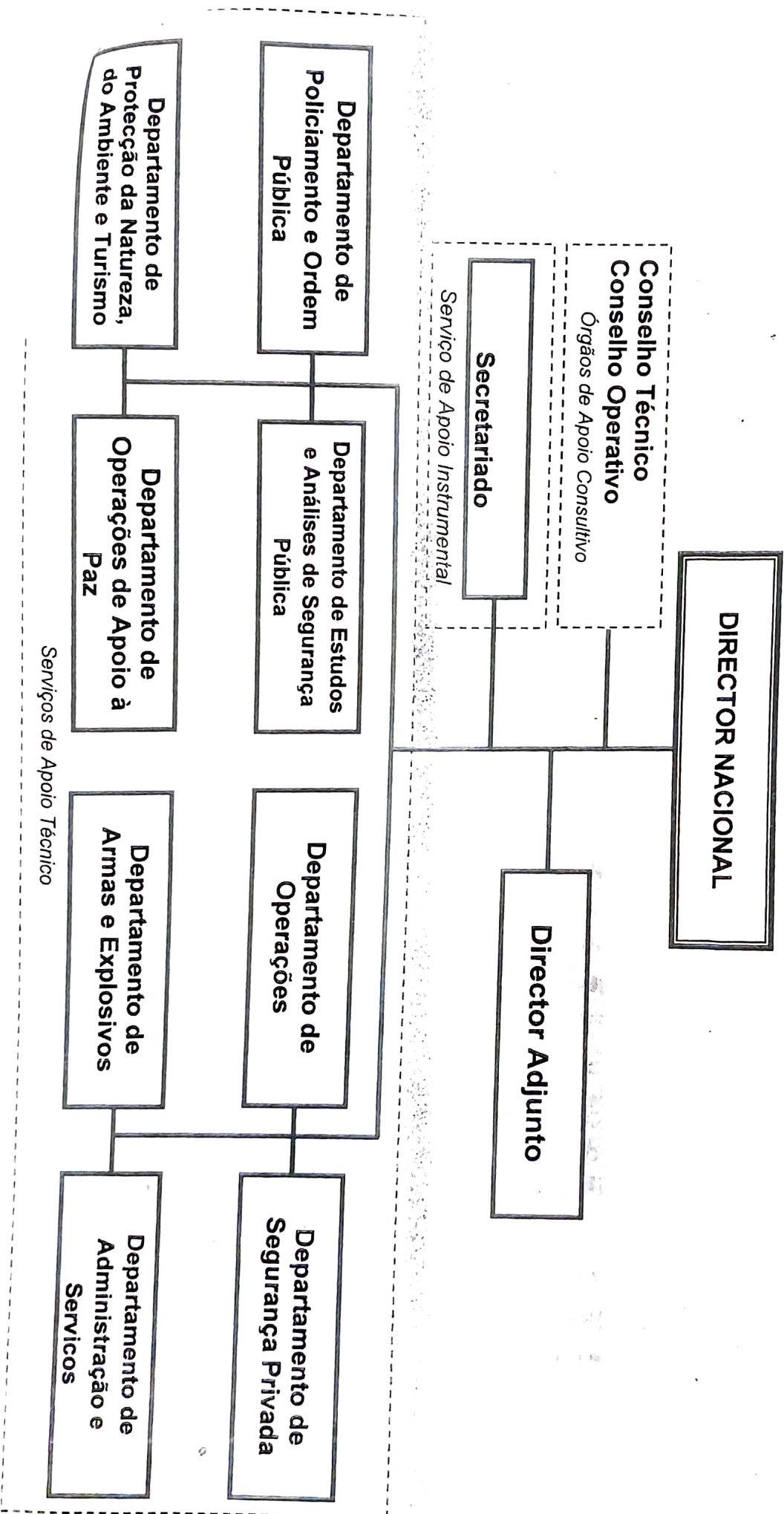

PAULO GASPÁR DE ALMEIDA
**** COMISSÁRIO-GERAL ****

ANEXO I

Organigrama

ANEXO I

ORGANIGRAMA DA DIRECÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E OPERAÇÕES DA POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA (a que se refere o artigo 23.º do Regulamento)



ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL DA DIRECÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E OPERAÇÕES DA POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA

(a que se refere o artigo 23.º do Regulamento)

ÓRGÃO/ SERVIÇO	FUNÇÃO/CATEGORIA	QUADRO I		QUADRO II	
		QTD	POSTO POLICIAL ORGÂNICO	QTD	CATEGORIA
Gabinete do Director	Director	01	Comissário		
	Chefe do Secretariado (Departamento)	01	Superintendente-chefe		
	Oficial Especialista às ordens	01	Inspector-Chefe		
	Oficial Especialista/Secretária	01	Inspector		
	Subchefe Especialista Administrativo	02	Subchefe		
	Subchefe Especialista/Motorista	02	Subchefe		
Subtotal		08			
Gabinete do Director Adjunto	Director Adjunto	01	Subcomissário		
	Oficial Especialista Assistente	01	Inspector		
	Subchefe Especialista Administrativo	01	Subchefe		
	Subchefe Especialista Motorista	01	Subchefe		
Subtotal		04			
Departamento de Administração e Serviços	Chefe de Departamento	01	Superintendente-Chefe		
	Chefe de Secretaria (Secção)	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Finanças e Património	01	Intendente		
	Oficiais Especialistas	09	Inspector		
	Oficiais Especialistas Administrativo	03	Subchefe		
	Subchefe Motorista	02	Agente		
	Auxiliar de Limpeza			06	Opef. N/ Qualif.
	Estafeta	02	Agente		
Subtotal		19		06	
Departamento de Policiamento e Ordem Pública	Chefe de Departamento	01	Superintendente-Chefe		
	Chefe de Secção de Grandes Eventos	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Modelos de Policiamento	01	Intendente		
	Oficiais Especialistas	08	Inspector		
	Subchefe Especialista de Expediente e Arquivo	01	Subchefe		
Subtotal		12			
Departamento de Operações	Chefe de Departamento	01	Superintendente-Chefe		
	Chefe do Posto de Comando (Secção)	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Planos e Mobilização	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Segurança Interna	01	Intendente		
	Oficiais Especialistas de Informação	12	Inspector		
	Oficiais Especialistas	12	Inspector		
	Chefe de Turno	06	Inspector		
	Técnico/Cartógrafo/Topógrafo	04	Inspector		
	Chefe de pelotão	03	Inspector		
	Subchefe Especialista de Expediente e Arquivo	02	Subchefe		
	Operador de CCTV	06	Subchefe		
	Operador de Rádio	20	Subchefe		
	Agente Especialista/Motorista	04	Agente		
	Agente de segurança interna	90	Agente		
Subtotal		163			

Departamento de Estudos e Análises de Segurança Pública	Chefe de Departamento	01	Superintendente-Chefe		
	Chefe de Secção de Estudos de Segurança Pública	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Análise de Informação e Estatística	01	Intendente		
	Oficiais Especialistas	10	Inspector		
	Subchefe Especialista/Auxiliar de Expediente e Arquivo	01	Subchefe		
Subtotal		14			
Departamento de Segurança Privada	Chefe de Departamento	01	Superintendente-Chefe		
	Chefe de Secção de Formação	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Licenciamento e Controlo	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Fiscalização e Instrução	01	Intendente		
	Instrutor	06	Inspector		
	Oficiais Especialistas	10	Inspector		
	Subchefe Especialista/Auxiliar de Expediente e Arquivo	01	Subchefe		
Subtotal		21			
Departamento de Protecção da Natureza, do Ambiente e Turismo	Chefe de Departamento	01	Superintendente-Chefe		
	Chefe de Secção de Prevenção e Fiscalização	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Protecção	01	Intendente		
	Oficiais Especialistas	08	Inspector		
	Auxiliar de Expediente e Arquivo	01	Subchefe		
Subtotal		12			
Departamento de Armas e Explosivos	Chefe de Departamento	01	Superintendente-Chefe		
	Chefe de Secção de Cadastro, Registo e Licenciamento	01	Intendente		
	Chefe de Secção de Fiscalização e Instrução	01	Intendente		
	Chefe de Secção Avaliação de Riscos e Prevenção de Acidentes	01	Intendente		
	Chefe do Depósito de Armas e Explosivos (Secção)	01	Intendente		
	Instrutor	06	Inspector		
	Oficiais Especialistas	20	Inspector		
	Auxiliar de Expediente e Arquivo	01	Subchefe		
Subtotal		32			
Departamento de Operações de Apoio à Paz	Chefe de Departamento	01	Superintendente-Chefe		
	Oficial de Operações	01	Intendente		
	Oficial de Planeamento Operacional	01	Intendente		
	Oficial Especialista de Organização e Controlo	01	Intendente		
	Oficial de Treino e Instrução	01	Intendente		
	Oficial Especialista de Víveres, Vestuário e Equipamento	01	Intendente		
	Oficial Especialista de Telecomunicações e Informática	01	Intendente		
	Oficial de Informações	01	Intendente		
	Oficial Especialista de Material de Guerra e Aquartelamento	01	Intendente		
	Subchefe Expediente e Arquivo	01	Subchefe		
Subtotal		10			
Total		295		6	
TOTAL-GERAL			301		

O COMANDANTE-GERAL,

PAULO GASPAR DE ALMEIDA

COMISSÁRIO-GERAL